


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002629-90.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Seguro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 30/07/2014 13:56:34 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo

Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

**RELATÓRIO**

MARCIA CRISTINA BELLA MARIN e VANESSA CRISTINA BELLA MARIN, filhas do falecido Marcos Venancio Bella Marin, movem ação contra AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA e ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A, pleiteando o recebimento de indenização por morte natural, enquanto beneficiárias do falecido conforme contrato de seguro prestamista, e indenização por danos morais em razão da indevida recusa de pagamento, pelas rés.

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A não contestou.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A contestou (fls. 39/51) sustentando que o contrato não prevê cobertura no caso de doença preexistente, hipótese dos autos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é parcialmente procedente.

Inicialmente, observo que o nome correto da seguradora é SANTANDER SEGUROS S/A, como vemos às fls. 27.

As partes contrataram o seguro, como vemos no quadro de fls. 21 e às fls. 27, garantindo-se a quitação do saldo devedor do financiamento apurado na data do sinistro, respeitado o limite máximo de indenização no valor de R\$ 100.000,00.

O esposo e pai das autoras faleceu na vigência do financiamento contratado com a primeira ré, no entanto a seguradora, primeira ré, recusou-se ao pagamento,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

invocando a doença preexistente não declarada pelo segurado.

O STJ, órgão jurisdicional responsável pela uniformização na interpretação das leis federal, firmou o entendimento segundo o qual, para desonerar-se da obrigação de pagamento do seguro, incumbe à seguradora que não exigiu exames do segurado quando da contratação, comprovar: a) a doença preexistente; b) a má-fé do segurado no momento em que preencheu a proposta.

Nesse sentido, inúmeros precedentes daquele Colendo Tribunal: AgRg no Ag 1062383/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/10/2008, DJe 15/10/2008; AgRg no Ag 1039850/BA, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 16/09/2008; AgRg no Ag 804.965/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 28/08/2008; AgRg no Ag 973.265/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2008, DJe 17/03/2008; REsp 745.328/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2007, DJ 16/04/2007 p. 206.

Quanto ao caso em tela, não se verifica indício algum de má-fé do segurado. Aliás, a má-fé sequer foi mencionada na correspondência pela qual a ré seguradora informou as autoras sobre a recusa, fls. 31. Não bastasse, a contestação da ré financiadora não trouxe documento algum comprovando a má-fé do segurado. E a ré seguradora sequer contestou.

Logo, é de rigor a condenação. Tal condenação não se dá no valor líquido de R\$ 100.000,00. Trata-se de uma obrigação de quitar o financiamento, observado o limite de R\$ 100.000,00 considerado o valor do financiamento na data do sinistro. Isto, conforme cláusula contratual expressa. ***Observamos no contrato de fls. 20/21 que o contrato em discussão nos autos gerou saldo devedor total com juros de R\$ 19.572,00, sendo evidente que o seguro cobre a integralidade do financiamento. Assim, o provimento judicial gera a extinção do financiamento, que se considera quitado. Mas sem a condenação das rés ao pagamento de diferença alguma, que não tem base contratual.***

Os danos morais, com a vênica merecida às autoras, também incorreram nos autos, pois não se verifica, efetivamente, a ocorrência de danos dessa natureza, pois que os dissabores causados por conta dos fatos versados nos autos não são de tamanha intensidade que mereçam, por si só, uma compensação pecuniária.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Observe-se que, segundo a jurisprudência, o simples inadimplemento não enseja indenização por danos morais.

A propósito, a doutrina:

"Dissemos linhas atrás que o dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana. Que consequências podem ser extraídas daí? A primeira diz respeito à própria configuração do dano moral. Se dano moral é agressão à dignidade humana, não basta para configurá-lo qualquer contrariedade.

Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou irritabilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenização pelos mais triviais acontecimentos". (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 6ª Edição. São Paulo. Malheiros: 2006. p. 105)

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para declarar quitado o financiamento perante as autoras e o espólio do de cujus. Como consequência, transitada em julgado, deverá a ré financiadora trazer aos autos comprovante de quitação / extinção do saldo devedor em relação às autoras e o espólio do *de cujus*.

Tendo em vista a sucumbência parcial, cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais (50% as autoras; 50% as rés), e os honorários advocatícios compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 30 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**